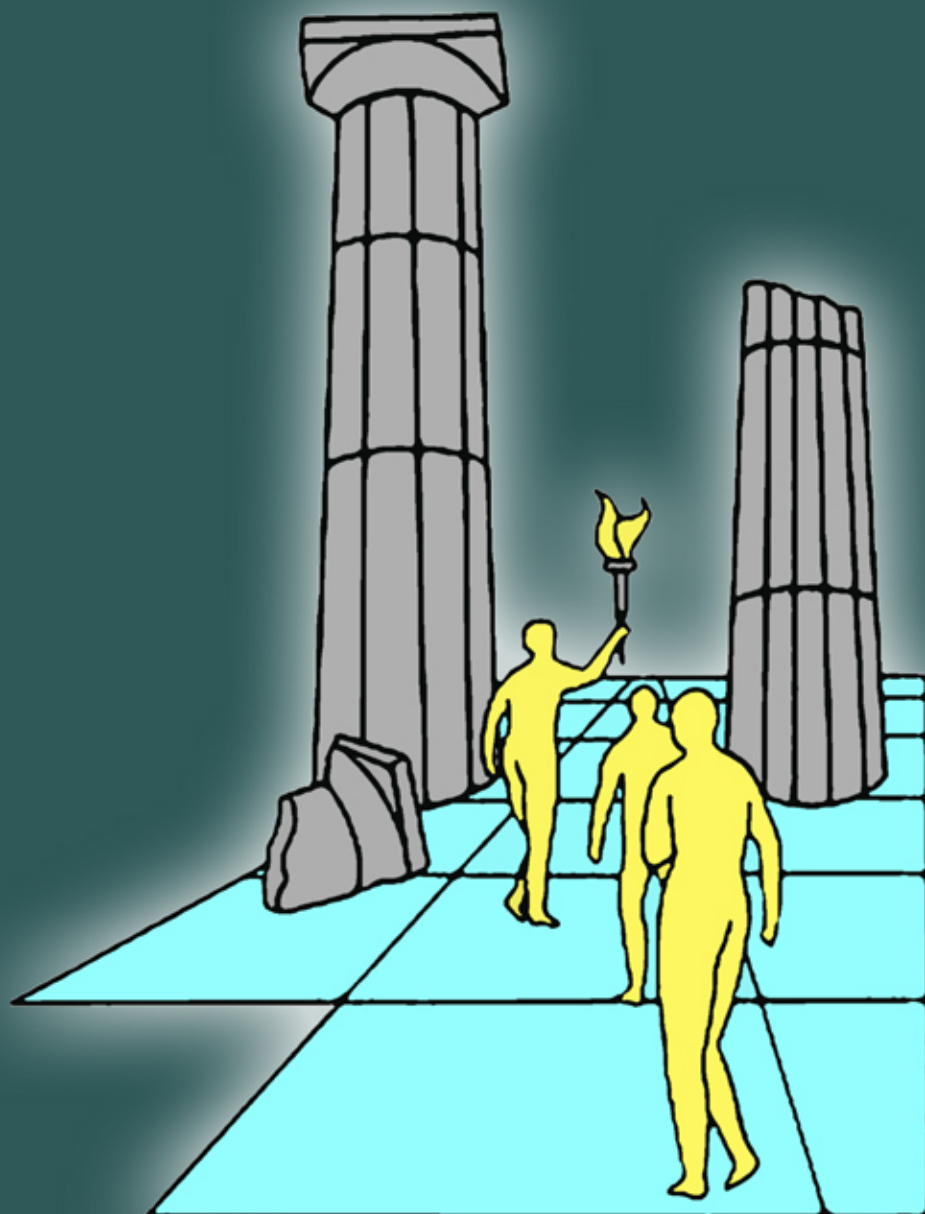


BOLSHIV EVOIAND

UMA ÚNICA COISA DEVE IMPORTAR AO HOMEM: PERMANECER DE PÉ ENTRE AS RUÍNAS.

#11

SET. - DEZ. '10



Revolução Contra-revolução Tradição

Também neste número:

À procura de homens entre as ruínas
O gosto pela vulgaridade

Recordar Rodrigo Emílio

Editorial

É com preocupação e cuidado que iniciamos estas linhas, porque quanto maior é a obra mais responsabilidade se exige ao seu executor. Estamos no nosso 11º editorial do Boletim Evoliano; não é nada de extraordinário fazer três revistas por ano – na verdade não é – e o “pequeno” toque significativo que podemos aqui encontrar é a continuidade do projecto, pois são quatro anos nos quais a Legião Vertical conciliou amizades, conhecimentos, algumas ideias dispersas, numa vontade serena, mas autêntica, de ir traduzindo a obra de Julius Evola para a nossa língua portuguesa.

Neste número vamos encontrar mais três textos de Julius Evola, correspondentes a três capítulos de três obras diferentes: a conclusão do texto “À procura de homens entre as ruínas” (do livro *O Caminho do Cinábrio*), “O gosto pela vulgaridade” (do livro *O Arco e a Clava*) e “Revolução, Contra-revolução, Tradição” (do livro *Os Homens e as Ruínas*).

Era também nossa pretensão incluir neste número um pequeno relato sobre o Caminho de Santiago, que alguns de nós realizamos no passado mês de Outubro. Decidimos, no entanto, colocar de parte essa ideia pois com toda a certeza iríamos resvalar para uma narrativa já mil vezes escrita que incluiria dores musculares, percursos sob chuvas diluvianas, botas que ficam pelo caminho e pés com enormes bolhas, que faziam de cada passo um pequeno martírio. Por fim falaríamos da camaradagem, dos momentos de introspecção e do “triumfo” de chegar a Compostela. Pois, como eles dizem: não há glória sem dor.

As páginas deste número vão ter também uma presença muito especial, daí a nossa preocupação, pois vamos falar de um Homem à parte, de alguém que não tivemos a felicidade de conhecer pessoalmente e muito menos de com ele privar nas longas noites de tertúlia onde o saber, o patriotismo e a acutilância se misturavam num bravo poema que ele próprio encarnava.

Rodrigo Emílio escreveu muito e sobre vários temas... fez poemas. Na África portuguesa, onde o poeta se vestiu de soldado, escreveu, no poema “Irmão D’Armas”: *o negro, aqui a meu lado / Não é negro negregado mas soldado, meu irmão.*

É o mesmo Rodrigo que anos mais tarde após a traição abrigueira escreve, com a mesma força, um poema de homenagem aos *skinheads*: *Tu que, brandindo o braço como um mastro, / conjuras tanto gringo, tanto gang, / sem que o aço compassado do teu passo / de milícia / se exalte e se zangue.*

Poderia isto parecer estranho e quem não conhecesse o poeta acharia que sim. Mas as ideias do Rodrigo não tinham mudado, eram as mesmas, mudaram sim os palcos da batalha, mas o poeta-soldado, o tal que como ele afirmou merecer um zero a comportamento mas vinte a fidelidade, não tinha pois renegado os seus princípios e a sua pátria. Quando muita gente à sua volta mudava de ideias para “melhor” viver ele sobrevivia para não perder... a dignidade.

Hoje que o processo de decadência atingiu patamares impensáveis põe-se a eterna pergunta evoliana de saber se ainda há homens de pé e o que podem eles ainda fazer. Parece-nos oportuno introduzir aqui uma célebre frase do Rodrigo: *Não são os nossos homens que precisam de mudar de ideias. São as nossas ideias que precisam de mudar de homens.*

Pensamos que é esta a chave mágica que buscávamos, e o Rodrigo, como outros visionários, teve um vislumbre do “graal”.

Obrigado, Rodrigo Emílio.

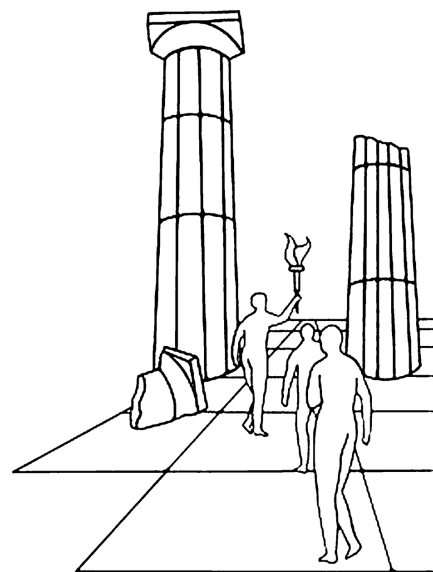


Ilustração da capa de uma das edições francesas de *Os Homens e as Ruínas*

ÍNDICE

Editorial	2
À procura de homens entre as ruínas	3
Revolução, Contra-revolução, Tradição	7
O gosto pela vulgaridade	12
“Eu tinha um camarada”	16
Recordatório póstumo	17
Poesia de Rodrigo Emílio	18

FICHA TÉCNICA

Número II

3º quadrimestre 2010

Publicação quadrimestral

Internet:

www.boletimevoliano.pt.vu
www.legiaovertical.blogspot.com

Contacto:

legiaovertical@gmail.com

Autobiografia

À procura de homens entre as ruínas

Julius Evola*

Assim, qualquer equívoco a respeito do ideal político que eu indicava estava suficientemente afastado. Forneciam-se igualmente precisões suplementares a propósito das diferentes deformações e degradações do princípio de autoridade. Afastávamo-nos, assim, de qualquer “ditadura” – no sentido moderno – enquanto sistema baseado num poder informe simplesmente individual, de qualquer bonapartismo e também de qualquer nacionalismo; a nação “soberana” nasce de um processo de dissociação colectivista entre a “matéria” e a “forma”, sendo a “forma” o princípio supra-ordenado do Estado. Em simultâneo, negação da “estadolatria” em sentido estrito, isto é, como divinização e absolutização de um princípio simplesmente político e laico, privado de qualquer carisma superior, portanto inanimado. Por fim, fazia-se uma crítica contra os regimes de “partido único”, sendo esta expressão uma contradição nos seus termos, dado que a palavra “partido” pertence por direito à ideologia democrática e anti-orgânica. Dever-se-ia ao invés considerar o partido como uma espécie de Ordem, guardião e suporte, espinha dorsal do verdadeiro Estado.

Para o problema mais particular das relações entre política e economia, parti de considerações sobre o fenómeno moderno da “demonia da economia”. A essência deste fenómeno é “a ideia segundo a qual na vida, individual ou colectiva, o factor económico é o factor verdadeiramente importante, real, decisivo, segundo o qual a concentração de qualquer valor e de qualquer interesse no plano económico e produtivo não é uma aberração sem precedentes no homem ocidental moderno, mas pelo contrário algo de normal, de

natural, não uma eventual necessidade brutal mas sim algo que deve ser aceite, pretendido, exaltado”. Neste círculo fechado e obscuro determinado pelo domínio da economia movem-se marxismo e capitalismo, apoiando-se um e outro numa concepção igualmente materialista da vida e dos seus valores. E eu repetia: “Não existe maior absurdo que a pretensão de representar hoje em dia uma Direita política sem sair deste círculo, sem o quebrar afirmando e instaurando o direito de pontos de referência mais elevados... Não é o valor deste ou daquele sistema económico mas sim o valor da economia em geral que deve ser discutido. A verdadeira oposição não é a oposição entre capitalismo e marxismo, é a oposição entre um sistema no qual

A contrapartida deveria ser um novo clima geral e, sobretudo, a “desproletarização” da visão da vida, “subsistindo a qualidade espiritualmente proletária onde não se sabe conceber um tipo humano mais elevado que o do ‘trabalhador’, onde se sonha com o ‘carácter ético do trabalho’, onde não se tem coragem para se opor com firmeza contra todos estes novos mitos contaminadores que correspondem a uma verdadeira religião de besta de carga”. Para colocar os pontos nos ‘i’ e acabar de vez com a famosa “questão social”, basta-me citar as seguintes palavras de Nietzsche: “Um dia os trabalhadores viverão como os burgueses – mas *acima* deles, distinguindo-se pela ausência de necessidades, haverá uma casta suprema: mais

“ Neste círculo fechado e obscuro determinado pelo domínio da economia movem-se marxismo e capitalismo, apoiando-se um e outro numa concepção igualmente materialista da vida e dos seus valores. E eu repetia: «Não existe maior absurdo que a pretensão de representar hoje em dia uma Direita política sem sair deste círculo, sem o quebrar afirmando e instaurando o direito de pontos de referência mais elevados»”

a economia é soberana, seja qual for a forma de que se revista, e um sistema em que ela esteja subordinada a factores extra-económicos, no interior de uma ordem bastante mais vasta e completa, apta a conferir à vida humana um sentido profundo e a permitir o desenvolvimento das possibilidades mais elevadas dessa vida”. Era em função disto que se deveria compreender a soberania da política sobre a economia no verdadeiro Estado, de forma a impor freios e limites a processos que se tornaram todo-poderosos e destruidores.

pobre, mais simples, mas será ela que deterá o poder”. Neste contexto, a única revolução legítima e concebível (por exemplo contra um capitalismo degenerado e prevaricador) é a revolução de cima. Eu indicava num capítulo especial as formas nas quais a economia poderia ser enquadrada se as disposições éticas e viris predominassem de novo também neste domínio: nas “unidades de trabalho” (como eu lhes chamava) livres da intoxicação classista, com novas relações orgânicas, hierárquicas, personalizadas e solidaristas entre

os diferentes elementos de cada empresa, num regresso ao antigo *ethos* corporativo. Aludia-se igualmente às estruturas político-institucionais correspondentes.

Aqui é apenas necessário dar uma ideia rápida sobre os outros problemas tratados na obra. Num capítulo eu estigmatizava a irresponsabilidade de dar livre curso ao cancro representado pelo aumento populacional, factor claramente essencial da desordem contemporânea; retomava as mesmas ideias que, na época fascista, levaram à apreensão de um número da minha revista *La Torre*. Noutro capítulo denunciava a ideologia e a mentalidade “historicistas”, indicando as premissas gerais de todo o conjunto das ideias contra-revolucionárias e tradicionais que eram defendidas nesse livro. Também me pareceu igualmente oportuno fazer uma precisão a propósito do “militarismo”, de modo a evitar a confusão, típica

da mentalidade burguesa e democrática, entre o desvio que merece esse termo “militarismo” e um certo *ethos* que se pode expressar numa direcção guerreira e que pode também servir de base a um tipo particular, viril, da sociedade, nos termos de uma atitude geral perante a existência. Num outro capítulo voltava à oposição a tudo o que é sociedade, civilização e costumes burgueses e colocava a exigência de que a nossa negação de tudo isso não fosse menos branda que a do marxismo e do comunismo, embora obviamente de sinal oposto. Tive ocasião de retomar e desenvolver esta ordem de ideias segundo uma perspectiva diferente no meu livro seguinte, *Cavalgar o Tigre*. Formulava novamente, de forma adequada e em outros capítulos, as ideias já expostas no período precedente. Assim, voltava à *guerra oculta* e às armas que ela utiliza, isto é, as tácticas das forças da subversão mundial que agem secreta e indirectamente sobre o curso dos eventos e da história; a segunda parte desse capítulo reproduzia o texto de uma alocução que fizera em Ber-

lim, à porta fechada, perante os chefes dos serviços de segurança, e que fora apesar disso posteriormente publicada na revista francesa *Contre-révolution* de Léon de Poncins. Assim, uma visão mais conforme à verdade devia substituir as manias do historicismo e do progressismo que, frequentemente, mais não são que cortinas de fumo por trás das quais prossegue o labor de destrui-



Mazzini, Cavour e Garibaldi: figuras cimeiras do *Risorgimento* italiano e heróis nacionais segundo “uma historiografia de origem maçónico-liberal”

ção. Retomava em outro capítulo aquilo que já dissera na minha obra sobre a doutrina da raça (livro esgotado e actualmente impossível de encontrar) a respeito da latinidade, da alma mediterrânica e da romanidade, bem como sobre os elementos de estilo e as formas de comportamento que deveriam ser colocados em primeiro plano numa eventual obra rectificadora do tipo italiano.

Neste domínio, as afinidades electivas e as vocações íntimas tinham uma parte essencial, sendo o complemento desta ordem de ideias a explicação dada no capítulo sobre a “escolha das tradições”. Denunciava nesse capítulo as deformações operadas por uma historiografia de origem maçónico-liberal, destinada a apresentar como tradição nacional tudo aquilo que, na história italiana, teve um carácter subversivo e anti-tradicional, a começar pela revolta das comunas (como se ela tivesse sido uma luta contra o “estrangeiro” e não o levantamento da democracia nascente contra o direito da casta feudal e contra a autoridade imperial, e como se os italianos, os gibli-

nos, não se tivessem agrupado eles mesmos contra as comunas), para chegar aos aspectos problemáticos do Renascimento e terminando com o *Risorgimento*, considerado em tudo aquilo em que representa um episódio da revolução europeia do Terceiro Estado, solidária das ideias da Revolução Francesa e da maçonaria, indicando por fim os mitos que provocaram, durante a primeira guerra mundial, a ruptura da Tripla Aliança e a intervenção da Itália ao lado das democracias ocidentais. Se, infelizmente, uma tal “tradição” teve um papel importante na história da Itália depois de o povo italiano ter deixado de ser o representante da ideia e do símbolo romanos, é sempre possível indicar pontos de referência para uma escolha das tradições precisamente oposta, em que uma outra “raça interior” devia ser decisiva. Enfim, não me pareceu inútil considerar mais uma vez as contrafacções do gibelinismo e a atitude a adoptar face

ao catolicismo, com uma atenção particular aos problemas e à orientação dos meios em função dos quais escrevi a obra.

Uma oposição legítima ao catolicismo não pode em nenhum caso apoiar-se sobre o direito soberano de um Estado laico e agnóstico, ou seja, do simples poder temporal. O verdadeiro gibelinismo pressupõe o Estado verdadeiro, tendo o Estado uma legitimidade espiritual. No entanto, fora do plano político em sentido estrito, subsiste uma oposição entre os valores próprios a um tal Estado e certos aspectos essenciais da moral e da religião cristãs. Reconheci que, sobretudo nos países latinos, certas forças tradicionais e contra-revolucionárias se apoiaram no catolicismo e que houve uma época em que o catolicismo dera ao puro princípio da soberania e da autoridade a sua consagração (a aliança contra-revolucionária e “reaccionária” do trono e do altar). Mas tudo isso desapareceu. Do ponto de vista doutrinal, hoje mais do que nunca é evidente a incapacidade do catolicismo oficial em se integrar “tradicionalmente”,

no plano de uma verdadeira universalidade e de uma verdadeira transcendência, no sentido indicado por exemplo por Guénon, de tal forma que apenas pude repetir aquilo que já tinha escrito num outro livro: “Aquele que é tradicional sendo católico, no sentido corrente e ortodoxo do termo, apenas é tradicional pela metade”. Do ponto de vista político-social é claramente visível, no catolicismo actual, uma “escolha das tradições” conforme à época: daí a predominância no seu seio de reivindicações democráticas e sociais e a rejeição daquilo a que alguns dos seus representantes chamaram, num calão verdadeiramente maçónico, “os resíduos ultrapassados da Idade Média”. Escrevia: “Se hoje o catolicismo, sentindo aproximarem-se tempos decisivos, tivesse a força de se afastar verdadeiramente do plano contingente e de seguir uma linha de alta ascense; se o catolicismo, precisamente sobre esta base e como num reatar do espírito da melhor Idade Média das Cruzadas, fizesse da alma um bloco armado de forças, compacto e inexorável, virado contra as correntes do caos, da submissão, da subversão e do materialismo político do mundo actual, neste caso, certamente, não poderiam existir dúvidas sobre a escolha a fazer. Mas, infelizmente, as coisas não estão neste ponto”. De tal forma que um dos principais problemas a resolver com vista a uma eventual obra de reconstrução mantinha-se colocado.

Isto também valia, em certa medida, para aquilo que estava exposto no último capítulo do livro, intitulado “Europa unida: forma e condições”. Reafirmei também aqui a ideia orgânica e hierárquica e rejeitei, em vista de uma eventual unificação da Europa, qualquer solução de natureza mais ou menos democrática, simplesmente económica e associativa. A premissa essencial devia ser a integração orgânica dos diferentes Estados europeus; a unidade europeia deveria realizar-se “no topo”, sendo a outra condição suplementar, evidente, a superação do nacionalismo e do seu *hybris* (a “suficiência das nações” descrita por Vico), superação de resto implícita na própria forma do “Estado verdadeiro”. Uma autoridade supra-ordenada, reconhecida como tal, deveria servir

“Reafirmei também aqui a ideia orgânica e hierárquica e rejeitei, em vista de uma eventual unificação da Europa, qualquer solução de natureza mais ou menos democrática, simplesmente económica e associativa. A premissa essencial devia ser a integração orgânica dos diferentes Estados europeus; a unidade europeia deveria realizar-se «no topo», sendo a outra condição suplementar, evidente, a superação do nacionalismo”

de cimento e de centro de gravidade a um sistema que se apresentasse como um “organismo feito de organismos”. É apenas em função desta autoridade e do seu “direito eminente” derivado da sua natureza espiritual que se deveria conceber e admitir a limitação das soberanias nacionais particulares. Mas um duplo problema apresentava-se: antes de mais, o do fundamento dessa autoridade; e, em segundo lugar, o da medida segundo a qual se é capaz, não de a reconhecer de forma natural, mas mesmo de a conceber, dado o clima espiritual dos nossos dias e a secular ausência, na Europa, de uma tradição unitária viva, não “profana” ou simplesmente “cultural”. De qualquer forma, se qualquer tentativa nesta direcção poderia ainda ser feita, eu dizia que, na minha opinião, nada se poderia esperar se não se desse a associação de dois grupos de elementos, representando de certa forma, no seio das diferentes nações europeias, os homens ainda “de pé entre as ruínas”. De um lado, tratar-se-ia de homens pertencendo a velhas famílias europeias, que valeriam não apenas pelo seu nome, mas igualmente por aquilo que eles são, pela sua personalidade: isto na perspectiva de um despertar eventual de uma herança não totalmente perdida mas que se tornara apenas latente no seu sangue e na sua “raça”. O segundo grupo corresponderia àqueles que passaram através de todas as destruições dos tempos mais recentes – da guerra e do pós-guerra – sem terem ficado quebrados e que, após terem reconhecido como ilusões e mentiras as ideologias e os mitos de ontem e de hoje, são capazes de um realismo superior e de uma acção pura; entre estes dois grupos dever-se-ia estabelecer uma solidariedade essencial, para

além das fronteiras e da oposição das frentes precedentes. No caso em que os dois grupos se unissem e conseguissem suplantar progressivamente as “classes políticas” actuais, esgotadas e inconsistentes, nas suas nações respectivas, então poder-se-ia desenvolver a perspectiva de uma Europa unida num sentido tradicional orgânico, reunida não por simples factores materiais, enquanto tais sempre contingentes, mas por uma ideia e um poder superiores: capaz, por conseguinte, de afrontar verdadeiramente o perigo representado pelo bloco oriental.

Os Homens e as Ruínas saiu com uma apresentação do príncipe J. Valerio Borghese, muito conhecido como representante dos combatentes da última guerra por ter estado à frente de algumas forças da Marinha italiana que, entre outras coisas, afundaram no porto de Alexandria, numa empresa bastante audaciosa, dois couraçados e outros navios ingleses, e por ter combatido em seguida até ao último momento como comandante do corpo chamado “Decima Mas”. Esta associação do seu e do meu nome devia ter um carácter simbólico: éramos ambos homens que tinham seguido livremente uma linha ideal, evitando o plano da baixa política, podendo um representar o aspecto combatente e o outro o teórico de uma ideia precisa de Direita. Eu pensava que este tandem poderia cristalizar na Itália forças para esta nova frente. De resto, estava prevista igualmente a publicação de uma nova revista com um título deliberadamente provocador, *Il Reazionario*. As coisas apresentavam-se da seguinte forma: o Movimento Social Italiano era, efectivamente, o principal agrupamento daqueles que, em geral, não tinham negado o passado e que rejeitavam

“Os Homens e as Ruínas saiu com uma apresentação do príncipe J. Valerio Borghese, muito conhecido como representante dos combatentes da última guerra (...) Esta associação do seu e do meu nome devia ter um carácter simbólico: éramos ambos homens que tinham seguido livremente uma linha ideal, evitando o plano da baixa política, podendo um representar o aspecto combatente e o outro o teórico de uma ideia precisa de Direita.”

a democracia; mas ele compreendia tendências divergentes, mais que não fosse pelo equívoco republicano e “social” do “fascismo de Salò” (daí o termo “social” no próprio nome do partido). Tratava-se antes de mais de desenvolver no seio deste agrupamento uma corrente de Direita precisa e depois de unir forças de análoga orientação mas que, por diferentes motivos, se encontravam fora desse partido. Isto não nos termos de um partido político mas antes no sentido de quadros potenciais de uma ordem nova. Os partidos podiam servir, antes, como força de manobra no período de interregno da democracia parlamentar (é notoriamente sabido que era assim que o partido comunista se considerava) mas não deveriam ter verdadeira autonomia. A segunda tarefa era de preparar e de organizar – tal como o faz o comunismo – forças capazes de intervir em caso de urgência, pois era evidente que num caso desse género todas as maiorias rapinadas à custa de votos por sufrágio universal, com mulheres, burgueses, membros de associações católicas e paroquiais, etc., derreteriam como neve ao sol e que só as forças organizadas e armadas do comunismo e do social-comunismo seriam eficazes e perigosas. Assim, de um lado a formação de uma elite

de Direita, do outro, como contrapartida, os quadros potenciais para a acção; um partido, simplesmente para uma função táctica e contingente.

Todo este projecto não teve seguimento. E o mesmo sucedeu com algumas aproximações feitas no campo monárquico. A experiência da revista *Monarchia* foi, por exemplo, instrutiva; esta revista fora criada por um velho amigo meu, Guido Cavallucci, antigo presidente da União Nacional Monárquica, o qual se propusera defender a causa monárquica fora das ligações e das intrigas dos partidos. Apenas saíram alguns números da revista, com a qual colaborei, dado que ele se encontrou perante o seguinte dilema: ou manter-se afeirada a uma linha fixada, sem desvios, e então não obter financiamentos; ou então obter financiamentos e passar então para o serviço de certos políticos. As Edições da Acha – fundadas por outro amigo, Tommaso Passa, que tinha começado por publicar, na página cultural, *Os Homens e as Ruínas* – tinham previsto um interessante programa de Direita. Mas a promessa de certos apoios não se cumpriu. Assim, além do meu livro, apenas publicaram



Junio Valerio Borghese durante o período da República Social Italiana

a reedição da minha tradução de *A Crise do Mundo Moderno* de René Guénon.

De uma maneira geral, as condições necessárias para uma acção séria de renovação ideal e política não parecem existir em Itália. Infelizmente, encontra-se por todo o lado, como material humano, aquele que é representado pelo “político”, que é o mesmo quando combate o comunismo ou quando professa ideias “nacionais”. A pouco e pouco as intrigas parlamentares absorveram mesmo os melhores.

– Capítulo XII do livro *O Caminho do Cinábrio*

* Conclusão do texto publicado no número 10 do Boletim Evoliano.

**TODOS OS NÚMEROS ANTERIORES DO BOLETIM
EVOLIANO ESTÃO DISPONÍVEIS ON-LINE EM
WWW.BOLETIMEVOLIANO.PT.VU**

Doutrina

Revolução, Contra-revolução, Tradição

Julius Evola

Ao enfrentar hoje as formas extremas que a desordem da nossa época manifesta no domínio político-social, diversas forças tentaram assumir uma atitude de defesa e resistência. Necessário se torna entender que tudo isso é vão, mesmo como simples exercício, a não ser que o mal seja atacado pelas raízes que, no ciclo histórico a que restringiremos as nossas considerações, *consistem na subversão provocada na Europa pelas revoluções de 1789 e de 1848*. O mal deve ser reconhecido em todas as suas formas e graus, pelo que a questão fundamental é apurar se ainda existem homens capazes de rejeitar todas as ideologias, todas as formações políticas e partidárias que de algum modo derivem, directa ou indirectamente, dessas ideias, isto é, o mundo que vai desde o liberalismo e a democracia até ao marxismo e ao comunismo. Como contrapartida positiva, é necessário dar a esses homens uma orientação, a sólida base que consiste numa visão geral da vida e numa austera doutrina do Estado.

Em rigor, a palavra de ordem poderia ser, portanto, “contra-revolução”. Porém, as origens revolucionárias estão já tão distantes e quase esquecidas, e a subversão permanece há já tanto tempo que parece algo de óbvio e natural na maior parte das instituições vigentes. Assim, em termos práticos, essa fórmula apenas fará sentido se só considerarmos as últimas fases que, através do comunismo revolucionário, a subversão mundial tenta cumprir. Caso contrário é de preferir outra palavra de ordem: *reacção*.

Não ter medo de a adoptar e designar-se “reaccionário” é um autêntico teste de coragem. Desde há muito que os meios de esquerda

fizeram do termo “reacção” sinónimo de todas as perfídias, de todas as infâmias, não perdendo uma única ocasião para assim estigmatizar todos os que não se prestam ao seu jogo e que não seguem a corrente, isto é, aquilo que segundo eles seria o “sentido da história”. Se da sua parte isto é natural, já não o é assim tanto a sensação de angústia profunda que a palavra suscita, por falta de coragem política, intelectual, e poderemos dizer também física, até mesmo nos expoentes de uma suposta Direita ou de uma “oposição nacional”, que mal se sentem rotulados de “reaccionários” protestam, justificam-se e tentam provar que não o são.

“Deveria portanto desenhar-se um novo alinhamento radical, delimitando rigorosamente o amigo e o inimigo. Se o jogo ainda não terminou, o futuro não pertence aos que transigirem com as ideias híbridas e degradadas hoje predominantes, mas sim àqueles que tiverem a coragem do radicalismo – do radicalismo das «negações absolutas» ou das «afirmações soberanas»”

É de esperar que enquanto os outros “agem”, conduzindo o processo subversivo, nós não “reajamos”, e fiquemos a assistir e até digamos “Bravo! Continuem!...”? Historicamente, a única coisa a deplorar é que a “reacção” tenha sido inexistente, parcial ou ineficiente, sem homens, meios e doutrinas adequadas, no momento em que a doença estava ainda em embrião e susceptível de ser eliminada, cauterizando imediatamente os principais focos da infecção: com o que as nações europeias seriam sido poupadas a calamidades sem conta.

Deveria portanto desenhar-se um novo alinhamento radical, delimitando rigorosamente o amigo e o inimigo.

Se o jogo ainda não terminou, o futuro não pertence aos que transigirem com as ideias híbridas e degradadas hoje predominantes até nos ambientes que não se consideram de esquerda, mas sim àqueles que tiverem a coragem do radicalismo – do radicalismo das “negações absolutas” ou das “afirmações soberanas”, para usar as palavras de Donoso Cortés.

Naturalmente, o termo “reacção” exprime, em si mesmo, um certo tom negativo: quem reage não tem a iniciativa da acção; reage-se, de forma polémica ou defensiva, perante algo que já se afirmou de facto. Convém pois precisar que não se trata de deter os avanços do adversário sem

oferecer nada de positivo. O equívoco poderia ser eliminado associando a fórmula de “reacção” à de “revolução conservadora”, na qual releva o elemento dinâmico, a “revolução” deixando de significar a subversão violenta de uma ordem legítima, mas uma acção projectada para pôr fim à desordem entretanto ocorrida, reconduzindo a situação à normalidade. De Maistre destacou que aquilo de que se trata, mais do que de uma “contra-revolução” em sentido estrito e polémico, é “o contrário de uma revolução”, ou seja, uma acção positiva que se refere às origens. Estranho é o destino das palavras, “revolução” na sua etimologia original latina não queria dizer outra coisa; derivado de

revolvere, o termo expressava um movimento que conduz ao ponto de partida, à origem. Por conseguinte, precisamente das origens se deveria retirar a força “revolucionária” e renovadora para actuar contra a situação existente.

No entanto, se se quiser aceitar a ideia de “conservação” (“revolução conservadora”) há que proceder com cuidado. Dado o sentido imposto pela esquerda, dizer-se “conservadores” intimida quase tanto como dizer-se “reaccionários”. Obviamente, há que determinar o que é que se pretende “conservar”. Ora, há hoje muito pouco que mereça ser “conservado”, no que diz respeito às estruturas e instituições sociais actuais. Isto vale quase sem reservas para a Itália; poderia valer, ainda que em menor grau, para a Inglaterra e para a França, e ainda menos para as nações da Europa central, onde continuaram a persistir vestígios de tradições superiores mesmo no plano da vida quotidiana. Efectivamente, a fórmula “revolução conservadora” foi escolhida por elementos alemães imediatamente após a I Guerra Mundial, também com referências históricas bastante próximas. Quanto ao resto, deve reconhecer-se a realidade de uma situação que se presta à polémica das forças de esquerda, segundo as quais os conservadores não são defensores de ideias, mas sim dos interesses de uma classe económica específica, a capitalista, mais ou menos politicamente organizada para perpetuar em benefício próprio aquilo que se considera um regime de privilégios e injustiças sociais. Foi assim fácil pôr no mesmo saco conservadores, “reaccionários”, capitalistas e burgueses. Criou-se um “alvo falso”, como se diz na artilharia. Por outro lado, foi também esta a táctica utilizada na época em que os destacamentos da subversão mundial não tinham ainda como bandeira o marxismo e o comunismo, mas eram os representantes do liberalismo e do constitucionalismo. A eficácia desta táctica ficou a dever-se ao facto de os conservadores de ontem, tal como os de hoje, embora fossem de um nível incontestavelmente muito superior, se terem limitado a defender essencialmente o seu estatuto político-social, os inte-

resses materiais de uma classe determinada, de uma dada casta, em vez de se comprometerem, acima de tudo, com a defesa resoluta de um direito superior, de uma dignidade, de um legado impessoal de valores, ideias e princípios: nisso consistiu a sua principal fraqueza.

Hoje desceu-se ainda mais de nível, tanto que a ideia “conservadora” a ser defendida não só não pode ter qualquer relação com a classe



Joseph de Maistre, eminente contra-revolucionário

que concretamente substituiu a aristocracia decaída, isto é, a burguesia capitalista, e que tem exclusivamente o carácter de uma mera classe económica, como a ela se lhe deve decididamente opor. O que seria necessário “conservar” e defender “revolucionariamente” é uma concepção geral da vida e do Estado que, baseando-se em valores e interesses de carácter superior, transcenda claramente o plano económico e tudo o que possa ser definido em termos de classes económicas. A respeito de tais valores, no que se refere a organizações concretas, a instituições positivas, a situações históricas, a economia não é o elemento primário mas o secundário. Postas assim as coisas, com a recusa absoluta em colocar-se no campo em que ela gostaria de treinar o tiro ao seu, por assim dizer, “alvo falso”, a polémica da esquerda cai completamente no vazio.

Além disso, não se trata de perpetuar de forma artificial e coerciva formas particulares do passado, mes-

mo que já tenham esgotado as suas possibilidades vitais e já não estejam à altura dos tempos. Para o verdadeiro conservador revolucionário, o que realmente importa é ser fiel não às formas e instituições do passado, mas sim aos *princípios* de que tais formas e instituições foram expressões particulares adequadas a um determinado período e área geográfica. E tal como estas expressões particulares devem ser consideradas mutáveis e efémeras em si mesmas, uma vez que estão ligadas a circunstâncias históricas frequentemente irrepetíveis, do mesmo modo os princípios correspondentes que as animaram têm um valor que não é afectado por tais contingências, já que gozam de uma actualidade perene. Formas novas, correspondendo na sua essência às antigas, podem delas emergir como se de uma semente se tratasse, pelo que mesmo que as substituam – ainda que “revolucionariamente” – o que permanece é uma certa continuidade por entre os factores históricos, sociais, económicos e culturais em constante mudança. De modo a garantir uma tal continuidade, mantendo-se fiel aos princípios, é necessário descartar eventualmente tudo o que tem de ser descartado, e não entesar-se, entrando em pânico, ou procurando confusamente ideias novas quando se verificam crises e os tempos mudam – é esta a essência do verdadeiro conservadorismo. Assim, espírito conservador e espírito tradicional são uma e a mesma coisa. No seu significado autêntico e vivo, a tradição não é nem conformismo servil com o passado nem perpetuação inerte do passado no presente. A tradição é, na sua essência, algo de meta-histórico e, ao mesmo tempo, de dinâmico: é uma força geral ordenadora, ao serviço de princípios que têm o crisma de uma legitimidade superior – se quisermos, podemos mesmo chamá-los princípios do alto –, força essa que actua ao longo das gerações, em continuidade de espírito e inspiração, através de instituições, leis, ordenamentos que podem mesmo apresentar uma notável variedade e diversidade. Um erro análogo ao que acabei de condenar consiste em identificar ou confundir as várias formulações

de um passado mais ou menos distante com a própria tradição.

Metodologicamente, na procura de pontos de referência uma determinada forma histórica deve assim ser considerada exclusivamente enquanto exemplificação e aplicação mais ou menos fiel de certos princípios – e este é um procedimento perfeitamente legítimo, comparável àquilo que na matemática é a passagem do diferencial ao integral. Neste caso não há qualquer anacronismo ou “passadismo”; não há qualquer tipo de fetiche, não se absolutizou nada que em essência não fosse já absoluto, já que tal é a natureza dos princípios. Se assim não fosse, seria o mesmo que acusar de anacronismo aqueles que defendem certas virtudes da alma apenas porque estas são inspiradas por alguma pessoa do passado em quem essas virtudes estavam presentes em elevado grau. Tal como o próprio Hegel disse: “Trata-se de reconhecer nas aparições do temporal e transitório, a substância, que é *imanente*, e o eterno, que é *actual*.”

Tendo isto em mente, podemos ver as derradeiras premissas de duas atitudes opostas. O axioma da mentalidade revolucionário-conservadora ou revolucionário-reaccionária é que os valores supremos e os princípios fundacionais de toda a instituição saudável e normal – entre os quais podemos indicar, por exemplo, os valores do verdadeiro Estado, do *imperium*, da *autoritas*, da hierarquia, da justiça, das classes funcionais, e do primado da ordem política sobre a ordem social e económica, e assim por diante – não estão sujeitos à mudança e ao devir. No domínio destes valores não existe “história” e pensar neles em termos históricos é absurdo. Tais valores e princípios têm um carácter essencialmente *normativo*. Na ordem colectiva e política têm a mesma dignidade que, na vida privada, é própria de valores e princípios de uma moral absoluta: são princípios imperativos que requerem um reconhecimento directo e intrínseco, que não são prejudicados pelo facto de num ou noutro caso o indivíduo, quer por fraqueza quer por motivos de força maior, não ser capaz de realizá-los nem sequer parcialmente, num ponto e não noutro da sua existência: desde que tal indivíduo não abdique interiormente, caindo na

“No seu significado autêntico e vivo, a tradição não é nem conformismo servil com o passado nem perpetuação inerte do passado no presente. A tradição é, na sua essência, algo de meta-histórico e, ao mesmo tempo, de dinâmico: é uma força geral ordenadora, ao serviço de princípios que têm o crisma de uma legitimidade superior”

abjecção e no desespero, continuará a reconhecê-los. As ideias a que me refiro têm a mesma natureza: Vico chamou-lhes “as leis naturais de uma república eterna que varia no tempo para vários lugares”. Mesmo onde estes princípios são concretizados numa realidade histórica, não são de modo nenhum condicionados por ela, apontam sempre para um plano superior, meta-histórico, que é o seu domínio próprio e natural e onde, repitamo-lo, não existe mudança. As ideias a que chamamos “tradicionais” devem ser concebidas desta forma.

A premissa fundamental sempre revelada, mais ou menos distintamente, pela mentalidade revolucionária é completamente oposta. A sua verdade é o historicismo e o empirismo. Segundo a mentalidade revolucionária, o devir reina também no domínio espiritual, sendo que tudo é condicionado e moldado pela época e pelos tempos, não existindo princípios, sistemas e normas cujo valor não dependa do período no qual assumiram forma histórica com base – crê-se – em factores contingentes e totalmente humanos, físicos, sociais, económicos, irracionais e por aí fora. Na sua forma mais extrema e recente, tal desviante forma de pensar considera como factor verdadeiramente determinante de toda a estrutura e de tudo o que se assemelha a um valor autónomo, a contingência própria das várias formas e desenvolvimentos dos meios de produção, segundo as suas consequências e repercussões sociais.

Mais à frente voltaremos à tese historicista, que apenas esbocei aqui de forma a clarificar o abismo fundamental existente entre as duas premissas. É assim inútil iniciar uma discussão se este abismo não for reconhecido logo à partida. As duas premissas são irreconciliáveis, tal

como a forma de pensar por trás delas. Uma é a verdade do conservador revolucionário e de qualquer formação que, no domínio propriamente político, tenha o carácter de uma autêntica “Direita”, a outra é o mito da subversão mundial, o fundo comum a todas as suas formas, por muito extremistas, moderadas ou diluídas que sejam. As considerações anteriores relativas ao método e ao significado de algumas referências históricas tem também um valor prático. De facto, numa nação nem sempre existe uma suficiente continuidade tradicional viva que permita que a referência a determinadas instituições ainda existentes ou pertencentes ao passado recente valha directamente também como uma referência às ideias correspondentes. Pode pelo contrário acontecer que tendo a continuidade sido interrompida, se imponha o procedimento acima indicado, ou seja, procurar referências noutras épocas, mas apenas para extrair delas ideias válidas em si mesmas. É este, de modo particular, o caso da Itália. Já nos interrogamos sobre o que há hoje em Itália que valha a pena “conservar”. Neste país não existe qualquer base de formas políticas que se tenham conservado suficientemente intactas de um passado tradicional, e isso pelo próprio facto de nos faltar um tal passado, sendo que, ao contrário do que aconteceu nos maiores Estados europeus, nunca existiu, em Itália, uma formação unitária secular e contínua ligada a um símbolo e a um poder central, dinástico e político. Mais especificamente, não existe um forte património ideal, nem sequer como património de uns poucos, que faça sentir como coisa estranha, desnaturante e dissolvente tudo quanto se liga às ideologias afirmadas pela Revolução Francesa: de facto, foram precisamente essas ideologias que, numa



As instituições do passado, como no caso de Roma, apenas nos podem servir como “bases para uma integração que as superará imediatamente”

ou noutra forma, propiciaram a unificação italiana, continuaram a predominar na Itália unificada e que após o período fascista reapareceram nas suas formas mais virulentas. Existe assim um hiato e um *vacuum* – e, no caso da Itália, a referência aos princípios a que chamamos tradicionais terá necessariamente um carácter ideal, mais do que histórico; e mesmo que nos refiramos a formas históricas, devemos reconhecê-las apenas como meras bases para uma integração que as superará imediatamente, tendo em mente apenas ideias, sendo a distância histórica – como por exemplo no caso da romanidade antiga, ou de certos aspectos do mundo medieval – demasiado grande para que a referência possa ter qualquer outra utilidade.

Tal circunstância não representa uma desvantagem de todos os pontos de vista. Isto significa que se as ideias a que aludo fossem adoptadas por um novo movimento, elas apareceriam num estado quase puro, com o mínimo de resíduos históricos. Os expoentes italianos da revolução conservadora não poderão beneficiar daquilo que alguns Estados, sobretudo do centro da Europa, até há pouco tempo apresentavam como base residual histórica positiva ou como predisposição para uma revolução conservadora. Mas a contrapartida positiva de tal desvantagem é precisamente o facto de que se a formação em que pensamos vier a existir,

ela poderá ter um carácter absoluto e radical. Precisamente porque o apoio material constituído por um passado tradicional ainda vivo e concretizado em formas históricas não totalmente caducas é entre nós inexistente, a revolução restauradora deverá apresentar-se em Itália como um fenómeno predominantemente espiritual tendo como base uma ideia pura. No entanto, uma vez que o mundo actual parece-se cada vez mais com um mundo de ruínas, mais cedo ou mais tarde esta linha de acção impor-se-á provavelmente por todo o lado, ou seja, as pessoas perceberão que é inútil apoiar-se naquilo que ainda conserva vestígios de um ordenamento mais normal mas que é agora corroído por múltiplos factores históricos negativos e que, pelo contrário, é imperativo referir-se cada vez mais às origens e a partir delas, como algo que está acima da história, avançar com forças puras numa reacção reconstrutora e vingadora.

Não será talvez inútil fazer uma outra breve consideração sobre o termo “revolução” num contexto particular, nomeadamente em relação ao facto de vários ambientes de oposição nacional ao actual sistema se reivindicarem “revolucionários”: tendência, de resto, já presente nos movimentos do passado, dada a escolha de designações como “revolução fascista”, “revolução dos Camisas Castanhas”, “revolução da ordem” (Salazar, em Portugal), etc..

Naturalmente, temos que nos perguntar: Revolução contra o quê? Revolução em nome do quê? De qualquer modo, toda a palavra tem a sua própria alma e é preciso ter o cuidado de não nos deixarmos influenciar inconscientemente por ela. Deixámos já claro que do nosso ponto de vista apenas se pode falar de “revolução” num sentido relativo – poder-se-ia dizer, hegelianamente, enquanto “negação da negação” – referindo-nos ao ataque contra tudo o que tem um carácter negativo, a um conjunto de mudanças, violentas ou não, tendo em vista restabelecer um estado de normalidade, do mesmo modo que uma pessoa caída se levanta, ou que se livra um organismo das suas excrescências degenerativas travando um processo canceroso. Assim, é necessário que a alma secreta do termo “revolução” não influencie também aqueles que não são de esquerda, afastando-os da direcção correcta quando se reivindicam revolucionários e levando-os num sentido que diverge daquele ora indicado, e que é um sentido, de certo modo, positivo.

O perigo consiste então em apropriar-se, mais ou menos implicitamente, de premissas fundamentais que não divergem das do adversário, com a ideia de que a “história avança” e é necessário estar aberto ao futuro criando novas coisas e formulando novos princípios: a “revolução” torna-se assim um dos aspectos de um movimento para a frente, movimento esse que comporta também pontos de ruptura e convulsões. Há quem acredite que deste modo o “revolucionarismo” adquire uma maior dignidade e que enquanto mito exerce um maior poder de atracção. Ora, tudo isto não passa de uma cedência e é difícil que, até mesmo de forma inconsciente, não se acabe por ceder à ilusão progressista, segundo a qual qualquer coisa nova representa um avanço e uma melhoria em relação àquilo que a precedeu.

Sabemos já qual é o único fundamento do progressismo: a miragem da civilização técnica, o fascínio exercido por certos progressos materiais e industriais inegáveis, considerados, no entanto, sem ter em conta as contrapartidas negativas que frequentemente afectam outros domínios mais importantes e interessantes da existência. Aqueles que não estão sujei-

tos ao materialismo predominante dos nossos tempos, reconhecendo o único contexto no qual se pode falar legitimamente de progresso, estarão atentos a qualquer orientação na qual se reflecta o mito moderno do progresso. Na antiguidade as coisas eram mais claras: em latim a palavra que designava a subversão não era *revolutio* (que tinha, como já indicamos, um significado muito diferente), mas sim *seditio*, *eversio*, *civilis perturbatio*, *rerum publicarum commutatio* e outras semelhantes. Assim, para expressar o termo “revolucionário”, no seu sentido moderno, era necessário recorrer a circunlocuções como *rerum novarum studiosus* o *fautor*, ou seja, aquele que visa e promove coisas novas, sendo que para a mentalidade tradicionalista romana “coisas novas” equivalia automaticamente a algo de negativo, de subversivo.

Assim, no que diz respeito às ambições “revolucionárias” é necessário evitar o equívoco e escolher entre as duas posições contrárias já expostas, as quais determinam dois estilos igualmente contrários. Porque, por um lado, temos aqueles que reconhecem que toda a ordem verdadeira se funda na existência de princípios imutáveis, não se deixando arrastar pelos acontecimentos, não acreditando na “história” e no “progresso” enquanto entidades misteriosas e supraordenadas, mas procurando pelo contrário dominar as forças do ambiente e reconduzi-las a formas superiores e estáveis. Aderir à realidade, é o que para eles isto significa. Por outro lado, temos aqueles que, tendo “nascido ontem”, não têm passado, acreditam apenas no futuro e entregam-se a uma acção sem base, empírica e improvisada, iludindo-se com a crença de poderem dirigir os acontecimentos sem conhecer e reconhecer nada que esteja acima do plano da matéria e da contingência, cogitando ora um ora outro sistema, cujos resultados não são uma ordem verdadeira, mas sim uma desordem mais ou menos contida e controlável. Pensada até ao fim, é a esta segunda linha que pertence a vocação “revolucionária” mesmo nos casos em que não está ao serviço da subversão pura. A falta de princípios é aqui substituída pelo mito do futuro, com o qual alguns pretendem justificar e santificar as destruições já ocorridas, supostamente necessárias

“ Se as ideias «fascistas» devem ser defendidas, isso deve acontecer não na medida em que são «fascistas», mas apenas e só na medida em que representam uma forma particular de aparição e afirmação de ideias anteriores e superiores ao fascismo (...) Valorizar tais ideias não deste modo, mas apenas enquanto ideias «revolucionárias», originais e próprias do fascismo, significaria diminuí-las”

para se poder avançar, para se chegar a algo de novo e de melhor, de que no entanto é bem difícil indicar algum traço positivo.

Uma vez vistas as coisas claramente nestes termos, é necessário examinar a fundo as próprias ambições “revolucionárias”, tendo no entanto em conta que se estas ambições forem remetidas aos seus limites legítimos, limitar-nos-emos a ser parte das equipas de demolição. Num nível mais elevado encontram-se aqueles que ainda se mantêm realmente de pé. A sua palavra de ordem é *Tradição*, segundo o aspecto dinâmico que já coloquei em evidência mais acima. Como já dissemos, o seu será o estilo de quem, quando as circunstâncias mudam, quando as crises ocorrem, quando novos factores entram em acção, quando os diques anteriores começam a ceder, mantém o sangue frio, sabe abandonar aquilo que tem de ser abandonado *de modo a não comprometer o essencial*, sabe avançar estudando impassivelmente formas adaptadas às novas circunstâncias e com elas sabe impor-se, de modo tal a restabelecer ou manter uma continuidade imaterial, evitando toda a acção privada de base e aventureirista. É esta a missão, é este o estilo dos verdadeiros dominadores da história, bem diferente, mais viril do que o simplesmente “revolucionário”.

Encerraremos estas considerações aplicando-as a um caso particular. Uma vez que, como já foi dito, falta à Itália um verdadeiro passado “tradicional”, há hoje quem, ao procurar organizar-se contra as formações mais avançadas da subversão mundial, de modo a ter alguma base concreta e histórica, adopte como referência os princípios e as instituições do período fascista. Ora, o seguinte princípio fundamental deve ficar bem claro: se as ideias “fascistas” devem

ser defendidas, isso deve acontecer não na medida em que são “fascistas”, mas apenas e só na medida em que representam uma forma particular de aparição e afirmação de ideias anteriores e superiores ao fascismo, de ideias que têm o supradito carácter de “constantes”, de modo tal que podem considerar-se como parte integrante de uma grande tradição política europeia. Valorizar tais ideias não deste modo, mas apenas enquanto ideias “revolucionárias”, originais e próprias do fascismo, significaria diminuí-las, adoptar um ponto de vista limitador e, além disso, tornar difícil o necessário trabalho de discriminação. Porque aqueles para quem tudo começa e acaba no fascismo, incluindo também aqueles cujos horizontes se limitam à mera polémica entre fascismo e antifascismo, que não têm qualquer outro ponto de referência para além destes dois termos, esta gente muito dificilmente seria capaz de distinguir as exigências mais elevadas e as melhores tendências do mundo italiano do passado dos seus não poucos aspectos que, de uma maneira ou de outra, se ressentiam dos mesmos males contra os quais se deve hoje combater.

Portanto, se no que se segue tivermos de considerar ideias pelas quais a Itália ou a Alemanha de ontem se bateram, tal será sempre feito num quadro revolucionário-tradicional e a nossa preocupação constante será limitar ao máximo toda a referência contingente ao passado, para pelo contrário afirmar os princípios segundo o seu puro conteúdo ideal e normativo, não ligado a um período ou movimento particular.

Análise

O gosto pela vulgaridade

Julius Evola

A incidência dos processos regressivos que descrevemos nas páginas precedentes, no plano geral dos costumes e dos gostos, manifesta-se numa das suas formas mais típicas no gosto pela vulgaridade, com o seu subsolo mais ou menos subconsciente constituído por um prazer pela degradação, pela auto-contaminação. As diferentes expressões de uma tendência para a deformação e de um gosto por aquilo que é feio e baixo são-lhe próximas. Algumas considerações a este respeito não estarão talvez privadas de interesse.

É desnecessário lembrar que a tendência em questão se manifesta sobretudo no domínio literário sob algumas formas de neo-realismo. A própria escolha dos temas feita por esta corrente não a leva a descrever – como o seu nome sugere – a “realidade” globalmente considerada, quer individual quer social, mas apenas os seus aspectos mais vulgares, mesquinhos, sujos ou miseráveis. Tudo isto assume o carácter de um verdadeiro “compromisso”, ao ponto da expressão “literatura comprometida” ser frequentemente utilizada por autores neo-realistas, cujas escolhas estão ligadas a objectivos bem precisos de agitação social e política. Mas o que mais importa aqui notar é que, em geral, os representantes desta corrente não são provenientes do mundo sobre o qual se debruçam de forma mórbida ou tendenciosa. Na realidade, eles fazem parte da burguesia, até mesmo da grande burguesia com pretensões intelectuais, de modo que no seu caso, o prazer de olhar para baixo ou de sucumbir à sugestão malsã daquilo que é inferior é absolutamente evidente.

A mesma característica aparece num âmbito muito mais vasto, sob várias formas, por exemplo na forma vulgar de se expressar. Falar assim tornou-se tão comum que depois dos romances, também a rádio e a televi-

são não hesitam em seguir os gostos correntes. Pode-se fazer sobre este fenómeno a mesma observação que se fez acima. Uma vez que este jargão não é o discurso da classe de origem, do meio social de proveniência; uma vez que se trata de jovens, de mulheres e até de idosos da classe média, da boa burguesia, ou até mesmo de parte da aristocracia, que pensam assim fazer prova de anti-conformismo, de liberdade e de “modernidade” usando ostensivamente este jargão, o fenómeno enquadra-se também no prazer da degradação, do rebaixamento, da sujidade. A quem falar aqui de ultrapassar as convenções, deve-se responder que tudo o que é convenção apresenta aspectos diferentes; con-

ciclista, casacos e calças de campo-nês, camisas caídas e amarradas à cintura, e assim por diante, tendo como contrapartida os cabelos longos e despenteados, modos e atitudes relaxados e grosseiros. Tudo coisas que os filmes americanos tratam de ensinar a rigor, por entre tragos de whisky e “double gin”, a esta juventude grosseira. Típica entre todas, e cada vez mais institucionalizada, é a moda dos *blue-jeans* para as mulheres e mesmo para os homens, sendo que os *jeans* não passam de calças de trabalho. A passividade e a tolerância do sexo masculino, a este respeito, é algo de espantoso. Estas jovens deveriam ser colocadas em campos de concentração e de trabalho; estes campos, e

“Até ontem, víamos exactamente o contrário: muitas pessoas, homens e mulheres, das classes mais baixas procuravam, mais ou menos artificialmente e desajeitadamente, imitar os modos, o linguajar, o comportamento das classes superiores. Hoje faz-se o oposto e julga-se não ter preconceitos, quando na realidade se é apenas vulgar e imbecil.”

vencionados ou não, certos usos são – ou foram – intrínsecos a uma determinada classe, são – ou foram – o seu “estilo” e marca. Ter prazer em infringi-los significa simplesmente quebrar todos os limites e todas as fronteiras, abrindo-se ao inferior. Até ontem, víamos exactamente o contrário: muitas pessoas, homens e mulheres, das classes mais baixas procuravam, mais ou menos artificialmente e desajeitadamente, imitar os modos, o linguajar, o comportamento das classes superiores. Hoje faz-se o oposto e julga-se não ter preconceitos, quando na realidade se é apenas vulgar e imbecil.

Outro fenómeno semelhante: o gosto pelo feio, pelo vulgar e pelo desleixo no modo de vestir e pentear, também se tornou moda em alguns meios: camisolas de operário ou de

não apartamentos luxuosos e existencialistas, teriam sido os lugares apropriados para a sua roupa e aspecto, e teriam podido inclusivamente conduzir a uma saudável reeducação.

Num domínio diferente, uma outra manifestação do gosto pela vulgaridade, é a moda dos cantores “berradores”, infelizmente muito difundida em Itália. A orientação é a mesma. Cai-se com prazer ao nível da rua, da praça do mercado: primitivismo da voz vulgar, no melhor dos casos instintividade quase animal em termos de expressão e de emoção. O êxtase provocado, desde há muito, pelo canto rouco e desarmónico do negro, complacente na sua própria abjecção, entre os homens e mulheres de raça branca está na mesma linha. Neste momento, um

caso particular é oferecido pelo grupo *The Beatles*, que suscitou um entusiasmo delirante entre a juventude. Além do cabelo, do tipo indicado acima, o próprio nome escolhido por este grupo é revelador: estes berradores definem-se como “baratas” (*beatles*); escolheram assim como símbolo um dos insectos mais repugnantes: novo exemplo típico do gosto pela abjecção. Podemos também assinalar de passagem, a título de ilustração, o facto de um membro da aristocracia romana, que abriu uma *boîte* (é claro que hoje em dia deve dizer-se *night club*), ter querido chamá-la “A Cloaca”, sendo que só a oposição da polícia o impediu de o fazer. Mas voltando aos *Beatles*, não foram eles armados cavaleiros do Império Britânico pela Rainha Isabel de Inglaterra? São estes os sinais dos tempos. O pântano chega mesmo até aos palácios, que na verdade já não passam de vestígios ociosos e apagados.

Se estes fenómenos, como dissemos, provêm basicamente do gosto pelo rebaixamento, pode-se acrescentar que este prazer é do mesmo tipo daquele que caracteriza, no plano sexual, o masoquismo. Em termos de “psicologia do profundo”, trata-se de uma tendência auto-destrutiva. É portanto lícito pensar que nestes fenómenos há um “complexo de culpa” inconsciente, mas nem por isso menos activo, em acção. Talvez este seja o seu aspecto mais interessante e, à sua maneira, positivo. É como se sentíssemos esta situação de auto-desprezo, esta renúncia a toda a concepção superior da vida, que marca a época actual e como se, sob o efeito dessa sensação obscura de culpa ou de traição, encontrássemos prazer na degradação, na contaminação, na auto-destruição.

Existem no entanto casos em que o impulso destrutivo não se vira para o interior, contra si mesmo, mas para o exterior, ou seja, em que as duas direcções se encontram e se cruzam. Poderíamos falar a este respeito sobre um outro conjunto de fenómenos modernos típicos que, a partir da vida mais banal, acabam por chegar ao plano da cultura. Na verdade, a tendência sádica em sentido lato exprime-se também em certos aspectos da arte e da literatura, quando estas se deleitam em

destacar tipos e situações relacionadas com uma humanidade destroçada, vencida ou corrompida. O pretexto bem conhecido é que “a vida também é assim”, ou que tudo isto deve ser mostrado com o único propósito de provocar uma reacção. Na realidade, do que se trata aqui é, acima de tudo, daquilo a que os alemães chamam *Schadenfreude*, ou seja, o prazer de enxovalhar, prazer perverso e variedade de sadismo, comprazimento sádico. Apreciar não o homem de pé, mas o homem caído, fracassado ou degenerado. Trata-se, em suma, de apreciar não o limite superior, mas o limite inferior da condição humana (poderíamos aqui remeter, pelo menos em parte, ao que disse-

maneira demasiado simplista: para uma correcta avaliação deve-se ter em conta a variedade de orientações possíveis. Além do que já dissemos sobre a música ultramoderna em *Cavalgar o Tigre*, voltaremos a este tema noutro capítulo. Não há dúvida, porém, que em muitos casos os “conteúdos” que procuramos descobrir são inexistentes. Em grande medida, o ponto de vista justo é o expresso por um americano, John Hemming Fry, autor de um livro intitulado *A Revolta contra a Beleza*, aparecido no período entre as duas guerras mundiais. Este autor fala sobre a substância sádica e destrutiva que permeia vários sectores da arte contemporânea; ele refere-se às

“Na realidade, do que se trata aqui é daquilo a que os alemães chamam *Schadenfreude*, ou seja, o prazer de enxovalhar, prazer perverso e variedade de sadismo, comprazimento sádico. Apreciar não o homem de pé, mas o homem caído, fracassado ou degenerado. Trata-se, em suma, de apreciar não o limite superior, mas o limite inferior da condição humana.”

mos noutro capítulo sobre o “riso dos deuses”). Houve um tempo em que na sua maioria eram escritores e artistas judeus (ou russos) que davam o tom nesta área; hoje em dia, a coisa prevalece de forma generalizada.

Fenómenos similares verificam-se também para além da própria literatura, por exemplo na música e nas artes figurativas. Também aqui não faltam os pretextos invocados pelos críticos e exegetas. Dizem-nos que o sentido destas manifestações é o de uma “revolta existencial”, e acrescentam-lhe, em alguns casos, o motivo político e social dos “intelectuais comprometidos”, ou seja, de esquerda. Numa obra famosa sobre a filosofia da música moderna, Adorno quis justamente interpretar a música atonal do seguinte modo: a irrupção de sons que quebra a harmonia tradicional e que rejeita o cânone do “acorde perfeito” seria a expressão da revolta existencial contra os falsos ideais e convenções da sociedade burguesa e capitalista. Reconhecemos no entanto que neste caso não se deve abordar a questão de

deformações, distorções e outros tipos de primitivismo que caracterizam toda uma categoria de obras de arte figurativa, quer na pintura quer na escultura. As afinidades electivas com a arte dos selvagens e dos negros é, em certos casos, um indício adicional bastante eloquente.¹

Naturalmente, não tomamos como ponto de referência positivo o belo académico, vazio e convencional. Devemos referir-nos acima de tudo à oposição entre a forma e o informe, à ideia de que todo o verdadeiro processo de criação consiste na dominação da forma sobre o informe, em termos gregos na passagem do caos para o cosmos. Num sentido mais elevado, aceite não só pelos Antigos mas também por Nietzsche, o “belo” corresponde precisamente à forma acabada e dominadora, ao “estilo”, à lei que expressa a soberania de uma ideia e de uma vontade. Deste ponto de vista, o advento do informe, do caótico, do “feio”, atesta um processo de destruição: não uma potência mas sim a impotência. Ele tem um carácter regressivo. Psicologicamente, o subsolo é sempre o



“Todo o verdadeiro processo de criação consiste na dominação da forma sobre o informe, em termos gregos na passagem do caos para o cosmos (...) o “belo” corresponde precisamente à forma acabada e dominadora, ao “estilo”, à lei que expressa a soberania de uma ideia e de uma vontade.”

Two figures (1958) de Robert Motherwell (óleo sobre tela). Exemplo do triunfo da ausência de forma

mesmo: uma tendência sádica, um prazer pela contaminação do artista e de quem aprecia e gosta (caso se trate de um gosto genuíno, e não de um conformismo estúpido ao revés como na maioria dos casos) de tal arte. Não é à toa que em todas as representações fabulosas ou supersticiosas dos demónios a deformação grotesca da face humana é um elemento essencial: como nas obras de alguns artistas modernos actualmente em voga.

Algumas das danças mais recentes apresentam também traços tipicamente auto-sádicos. Não se trata já de simples ritmos “sincopados”, ou de ritmos elementares mas intensos (podia-se mesmo encontrar em tudo isto algo de positivo, como já dissemos noutro lugar), mas de danças formadas por movimentos grotescos, epiléticos e simiescos, que reflectem uma alegria de degradar o mais possível tudo o que poderia haver de nobre no homem através de contorções paroxísticas, saltos e convulsões de marionetas. Pode-se dizer o mesmo do verdadeiro sadismo expresso pelos “arranjos musicais” de quase todas as orquestras da moda: não passam de gritos, decomposição das melodias e números anárquicos de “solistas”. Nesta música, os temas do jazz ou da música ligeira de ontem, ainda aceitáveis, tornam-se absolutamente irreconhecíveis.

Existe finalmente uma área específica que deve ser considerada: a pornografia e a obscenidade, hoje tão facilmente observáveis. Não é necessário enumerar os exemplos a este respeito. Várias controvérsias,

envolvendo por vezes a questão da censura, foram levantadas a propósito de escritos considerados obscenos, mas sem se chegar a ideias claras sobre este assunto. Será talvez interessante fazer uma referência rápida ao processo por “obscenidade” feito em Londres contra o famoso romance de D.H. Lawrence, *O Amante de Lady Chatterley*, processo que teve lugar 32 anos depois do lançamento do livro, considerado um dos mais ousados no género, por ocasião de uma edição popular em Inglaterra, país onde até então tinha sido proibido.

Tal como noutros países, em Inglaterra a lei define como obsceno tudo o que possa corromper e perverter; no entanto, não pode ser alvo de processos aquilo que, ainda que “obsceno”, tenha um valor científico, artístico ou que possa servir “qualquer outro domínio do interesse público”. Duas questões estavam em jogo no caso do romance de Lawrence: a linguagem obscena e algumas descrições de cenas eróticas que “não deixavam lugar à imaginação”.

Devemos distinguir bem estes dois pontos. Sobre o segundo, coloca-se um problema de ordem geral: em que medida é o sexo, em si mesmo, algo de “obsceno” e impuro e em que medida falar sobre ele e chamar a atenção para as experiências sexuais pode ter um efeito corruptor. Sabemos que Lawrence não só nega esta qualidade ao sexo, como faz do mesmo uma espécie de religião: ele viu na experiência sexual o meio de “realizar a plenitude vivente e unificada da pessoa”. Falaremos detalhadamente, num capítulo posterior, do

carácter das diferentes tendências contemporâneas que exaltam o sexo e a liberdade sexual. Por enquanto, limitar-nos-emos a dizer que o nosso ponto de vista não tem nada a ver com o puritanismo burguês e os seus muitos tabus. Pode-se de facto superar os preconceitos do moralismo cristão sexófobo e reconhecer que, em muitas civilizações superiores, o sexo não foi de modo nenhum considerado como algo vergonhoso, impuro, “obsceno”. O problema é diferente. Em qualquer caso, hoje seria necessário tomar posição contra tudo aquilo que serve apenas para despertar uma espécie de obsessão crónica centrada no sexo e na mulher, e que é, essencialmente, um ataque sistemático, realizado em grande escala, contra os valores viris. Porque onde quer que o amor e o sexo predominem, a mulher acabará por predominar, de uma maneira ou de outra. A obsessão de que falamos é alimentada de mil e uma maneiras por meios que não são estritamente falando “obscenos”: pelas ilustrações dos jornais, pela publicidade, pelo cinema e pelas revistas, pelos concursos de beleza, pela literatura de “educação sexual” com pretensões científicas, pelo impudor feminino, pelas performances de *striptease*, pelas vitrinas que expõe roupas íntimas femininas, etc. Os romances “ousados” são apenas um caso particular. É o fenómeno global que se deve ter em vista para denunciar a sua acção corruptora, não em virtude de um moralismo mesquinho, mas porque este fenómeno alimenta implicitamente uma acção corrosiva sobre os interesses e os valores que

devem permanecer sempre em primeiro plano, em qualquer civilização de tipo superior.

Para o argumento específico que discutimos, é o “obsceno” em sentido próprio que devemos considerar. Para definir adequadamente o “obsceno” e o “pornográfico”, basta recorrer à etimologia. “Pornográfico” vem de *pórne* que em grego significa “prostituta” (de baixo estatuto, ao contrário das heteras*); a aplicação deste termo a outros escritos para além dos que versam a prostituição, independentemente do nível da mesma, seria assim arbitrária. O termo “obsceno”, no entanto, vem do latim *caenum*, que significa sujidade, porcaria, lama (e também excremento). Pode-se, portanto, aplicar este termo a um aspecto da literatura erótica mais recente, aspecto que remete para o nosso tema principal, o gosto por tudo o que é sujo, vulgar, inferior. E aqui encontramos a questão da escolha feita por muitos autores, a partir de Lawrence, de palavras extremamente triviais, de subúrbio, precisamente “obscenas”, para tratar de questões sexuais, para designar os órgãos e descrever os actos sexuais.

O que Henry Miller escreveu sobre este assunto, com confusões características e para defender a obscenidade, é bastante significativo. Miller também é considerado como abertamente “pornográfico”. Para ele, a obscenidade na literatura, com o uso da linguagem erótica mais trivial, seria uma forma de revolta, de protesto e de destruição libertadora. Miller quer despertar o homem através de um anti-conformismo “que chega ao sacrilégio”. “O artista, no final, erguido no meio das suas invectivas obscenas, é como um conquistador entre as ruínas de uma cidade devastada... ele golpeia para nos despertar”. Estamos aqui realmente no limite do ridículo.² Uma vez que Miller não é um teórico, mas sobretudo um romancista, ele deve-

ria logicamente fornecer-nos alguns exemplos convincentes destas mirabolantes possibilidades da “obscenidade”; em vez disso, nos seus livros não se encontra nem sequer aquilo que uma certa literatura de tom ousado pode ter de excitante; tudo se reduz ao grotesco e ao grosseiro quando temas deste tipo são tratados e cenas eróticas são descritas. Não resta, portanto, senão o comprazimento pela obscenidade pura e

e da exaltação do sexo com este uso de uma linguagem obscena que só o pode tornar em algo de repugnante e repulsivo. Da revolta anti-conformista do nível de um Nietzsche cai-se ao nível da solidariedade com o negro, aliam-se, portanto, companheiros dignos, aqueles que recorrem à linguagem vulgar da prostituição. Quando as justificações assinaladas são afirmadas de boa fé, deve-se dizer, simplesmente, que aquele que as

“É necessário tomar posição contra tudo aquilo que serve apenas para despertar uma espécie de obsessão crónica centrada no sexo e na mulher, e que é, essencialmente, um ataque sistemático, realizado em grande escala, contra os valores viris. Porque onde quer que o amor e o sexo predominem, a mulher acabará por predominar.”

simples, no sentido etimológico mencionado acima, sendo a referência ao sexo secundária para nós, porque é possível falar até das coisas mais grosseiras evitando a vulgaridade e a obscenidade. A história literária atribui *Gamiani*, um pequeno livro de literatura pornográfica, a Alfred de Musset, que o teria escrito depois de uma aposta: tratar de forma “que não deixa lugar para a imaginação” as cenas eróticas mais selvagens e perversas sem usar uma única palavra grosseira; alguma literatura francesa, anónima, especializada e vendida clandestinamente (pode-se citar, por exemplo, *Vinte e quatro noites carnais*), oferece outros exemplos deste tipo. Assim, para além de qualquer tabu sexual moralista, o importante é precisamente a “obscenidade” – e a utilização actual de linguagem obscena, apesar das falsificações absurdas de Miller e de Lawrence, pertence essencialmente ao gosto pela degradação e pela auto-contaminação de que descrevemos uma série de expressões típicas. E não pode deixar-se de considerar singular a associação da valorização

formula nem sequer se apercebe das influências a que sucumbe, que ele se limita a sofrê-las e a seguir uma corrente profunda de múltiplas ramificações mas que convergem, rigorosamente, numa só direcção.

A quem tiver um olhar atento não será difícil ampliar a lista de fenómenos aqui indicados, os quais denunciavam uma mesma origem e são todos sinais reveladores de uma atmosfera que agora prevalece por toda a parte. Não precisamos de repetir que estamos longe de qualquer conformismo: de modo geral, há resíduos da cultura e da moral burguesa que não merecem sobreviver e que são cada vez mais atacados por processos de dissolução irreversíveis. Sob certas condições, esses processos poderiam até constituir a condição indispensável de uma ordem nova e melhor. Mas não é certamente esse o caso para tudo o que temos discutido até agora. A este respeito só se pode falar de rebaixamento, de vulgaridade e de degradação pura e simples como componentes essenciais dos costumes e dos gostos hoje predominan-

1. No caso de obras negras e primitivas autênticas, originais, é de notar que não se trata de um estilo artístico: as deformações e distorções fazem parte, na maior parte dos casos, de uma “arte mágica” fundada, não na imaginação subjectiva, mas na percepção real de certas forças obscuras elementares.

2. Em matéria de abuso de linguagem, podemos notar que Miller considera igualmente “obsceno” “todo o edifício da civilização como a conhecemos”, o que é uma verdadeira tolice: é, acima de tudo, de absurdo e de falta de senso que deveríamos falar. Para ele, que é pacifista ao extremo, a guerra mecanizada moderna e até mesmo a guerra em geral seriam, também elas, “obscenas”: outro absurdo que reflecte a tendência irresistível para destacar, numa dada experiência, apenas aquilo que possui um carácter inferior; porque aos aspectos negativos e por vezes degradantes e desmoralizantes da guerra moderna – os únicos que são descritos e destacados por autores como Barbusse e Remarque – pode-se contrapor aquilo que no seio da própria “guerra total” homens como Ernst Jünger e Drieu La Rochelle souberam viver pessoalmente.

* Hetera era o nome dado na Grécia antiga às cortesãs. (NdT)

Rodrigo Emílio

“Eu tinha um camarada”

António Porto Soares

A 28 de Março deste ano [2004], terminou a sua existência terrena, aquele que foi o melhor de todos nós. Rodrigo Emílio, trovador fascista, voluntário no “limes” ultramarino, mestre de virtudes viris, foi a enterrar, escoltado por uma ala de camaradas fidelíssimos, ao som do velho hino europeu “Eu tinha um Camarada”. Um arco-íris feérico levou a sua alma invicta, enquanto o seu corpo fica a repousar agora, ao lado de Thomaz Ribeiro, outro “herético” como ele.

Foi Rodrigo Emílio um aristocrata de raça. Havia nele muito da *gravitas* romana. Possuidor de um olhar penetrante que reflectia a profundidade do seu espírito, era, de todo, alheio e avesso à exuberância levantina do português “mêrdio”, cafrealizado por trinta anos de democracia. Homem da mais longa memória, desprezava a incultura cevada dos seus contemporâneos; homem de valores, vomitava os cobardes e os indiferentes.

Cada dia da sua existência, especialmente os dias vividos sob a ditadura democrática, foi uma afirmação solar. Intelectual orgânico poderia, como muitos o fizeram, ter evitado a guerra no Ultramar, mas afrontou-a como voluntário. A seguir ao 25 de Abril, militou nos grupos, mais ou menos clandestinos, que se opunham ao suicídio nacional. Colaborou na Intervenção Nacionalista mas foi no Movimento de Acção Nacional que Rodrigo Emílio deu o seu melhor. Animoso e lúcido, pronto no exemplo, disponível no conselho e no encorajamento aos militantes mais jovens era,

no entanto, implacável em relação às espertezas saloias que traíam, sem honra nem proveito, os princípios fundacionais do nosso combate. Para a memória dos militantes nacional-revolucionários, fica a imagem de um Rodrigo Emílio, ferocíssimo de sarcasmo, toureando no



Rodrigo Emílio: vestiu-se o poeta de soldado

Tribunal Constitucional os sabujos do regime.

Como todos os espíritos fortes, não tinha um feitio fácil. Sabedor, desprezava os sabidos que pululam à esquerda e à direita. Nos antifascistas de esquerda, repugnava-lhe a estética latrinária, o conformismo carneiro, irremediavelmente plebeu; nos antifascistas de direita (muito piores que os de esquerda), enojava-lhe a prostituição dos valores tradicionais, o patrioteirismo bancário, a esperteza “cocotte” do “Portugal dos pequeninos”...

Dotado de um real talento e de apuradíssima sensibilidade, era um real prazer dialogar com ele. Quem

escreve estas linhas, lembra-se dos inúmeros serões que se transformavam em noites brancas, discutindo um pouco de tudo: de Drieu a Tomás de Figueiredo, de Evola à estética feérica dos congressos nacional-socialistas... E o frio da noite desaparecia, o cansaço transformava-se em encantamento, ao som ritmado da voz grave de um Homem livre e grande demais para esta época de homúnculos...

Mas se falar com o poeta era um prazer, lê-lo proporcionava idênticas sensações. Lembremo-nos das páginas de intervenção cultural n’A Rua onde o esteta depurado que ele era, analisa todos os talentos anticonformistas das Artes e Letras. Acorrem-nos também à memória, a ironia truculenta das trovas de escárnio e maldizer dedicadas à fauna de Abril, a sobriedade marcial dos poemas dedicados à guerra no Ultramar e à Europa Fascista, enfim, o intimismo carinhoso de certas excursões dedicadas àqueles a quem amava.

O Homem que já não está (fisicamente) entre nós, teve a desdita de viver numa Europa transformada numa pocilga ianque, num bordel do terceiro mundo. A sua Europa era outra, aquela em que ele nasceu e que aliava o refinamento de uma cultura inigualável à dureza de uma Raça ainda jovem...

No entanto, ele manteve o facho da Ideia numa época crepuscular. Esse facho passou agora para as nossas mãos. Depende de nós e só de nós que o exemplo desse Ário ímpar não se transforme em mera nostalgia funerária mas antes no passar de testemunho de valores perenes, que permitirão a Vitória futura.

Rodrigo Emílio

Recordatório póstumo

O Rodrigo – já aqui o disse, na hora do seu funeral – queria morrer: “Põe-se a mesa / de festa / para a última (ou penúltima) ceia / que me resta.”

De certo modo, morrera com a Pátria tal como a entendia. Católico fervoroso, estando-lhe vedado o caminho do suicídio, fez batota; uma batota um tanto irónica, um pouco fingida, não para enganar Deus mas, piscando-lhe o olho, para Lhe pedir o perdão por se deixar morrer.

Consola-me apenas a certeza de que o Rodrigo continua vivo... e não só nos seus versos.

— Walter Ventura

Rodrigo Emilio fallecia a las seis y media de la tarde del domingo 28 de marzo en su ciudad natal. Sus restos mortales fueron trasladados al cementerio de Parada da Gonta (Viseu) bajo un mar de lágrimas caídas torrencialmente del cielo. Cuando su cuerpo era inhumado, a los acordes del himno funeral “Yo tenía un camarada”, rasgando el aire matriarcal de la zona, interpretado por dos gaiteros, hubo una descubierta y el sol irrumpió por un buraco celeste formándose completo el multicolor arco iris. Fue el signo celestial que daba la bienvenida a uno de sus hijos predilectos.

Camarada Rodrigo Emilio:

¡Presente!

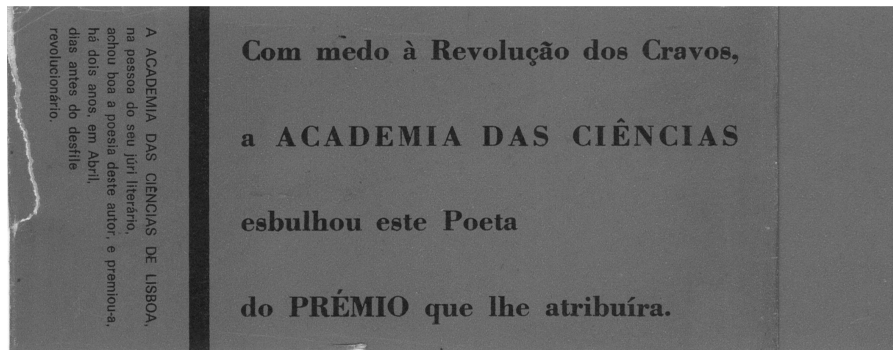
— Jose Luis Jerez Riesco

A Academia das Ciências resolveu atribuir-lhe um prémio em Abril de 1974, dias antes daquele dia que nos emagrecer para sempre. Sabem o que aconteceu?... Di-lo em verso o grande poeta que o futuro engrandecerá: «Por mera curiosidade / registe-se que a distinção / naquela oportunidade / obteve a unanimidade / dos grandes da instituição / Porém / quando toda a tempestade / sobrevém e nos invade / em pé-de-Revolução / já a douta Academia / com unção retrocedia / anulava o veredicto / dava o dito por não dito!...» E deu facto. Esbulhou o poeta e entregou o prémio a um revolucionário dos cravos. «Academia bravia... / Quem diria?»... (Estes dois versos, de pé quebrado, são meus e não os enjeito).

— João Coito

Rodrigo Emílio foi um grande poeta – só o contestarão os inimigos de má-fé. Mas, a meu ver, o que Lhe dá ainda mais valor é que o poeta vestiu-se de soldado e nunca por nunca despiu a farda.

O seu génio pô-lo humildemente ao serviço dos seus ideais, de braço ao alto



Pormenor da cinta que envolvia o volume “Serenata a meus Umbrais”

– título inesquecível de um dos seus volumes. Os homens de letras são, habitualmente, invejosos muito difíceis em reconhecer o talento alheio. Rodrigo Emílio era o contrário, de uma generosidade exemplar. Estava sempre disposto a descobrir revelações, a elogiar os confrades acentuando-lhes os méritos e, por ocasiões, pretendendo que os tinham alguns que não passavam de uma honesta (ou não) mediocridade.

Como prosador, Rodrigo deixou excelentes páginas de polémica, na melhor tradição sarcástica portuguesa. A ele se deve a *trouvaille* de classificar José Gomes Ferreira “o maior poeta moscovita de expressão portuguesa”.

Meu querido Rodrigo Emílio, bem queria dar a este apontamento de nostalgia, homenagem e saudade, um final digno de ti. Mas não tenho o teu talento literário, ou melhor, não tenho talento literário algum. Por isso, limito-me a terminar com o poema que, em manuscrito, me juntaste à dedicatória de um dos teus livros:

*Entre mil papéis dispersos**vou-me acercando do fim.**(Graças a Deus que os meus versos**já não precisam de mim)*

— António José de Brito

Com ele aprendi muito (coisas simples, que são as mais difíceis de aprender). Aprendi, por exemplo, que nem tudo o que é nosso é bom, e que nem tudo o que é dos outros é mau. Quantas vezes dei comigo espantado com as suas opiniões sobre alguns poetas, escritores e outros faróis intelectuais das esquerdas. Ele, o *antes-quebrar-que-torcer* era, afinal, um espírito aberto que, sem nunca abdicar dos seus princípios, separava, magistralmente, o trigo do joio. Dava gosto ouvi-lo falar. Para se impor, não precisava de levantar a voz nem de camisas e gravatas de marca, fatos «último

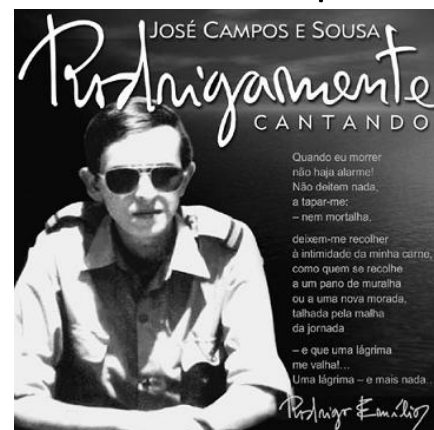
grito», nem sequer os sapatos engraxados. Bem ao contrário, tomava bastante mal conta de si. Prezava muito a sua cabeça, desprezava tudo o mais. Almoçava e jantava eventualmente, vivia de «português suave» sem filtro, e de cafés – dizer muitos, será pecar por defeito.

A Amizade com o Rodrigo veio depois de ter conhecido alguma da sua poesia. Musicá-lo não é difícil, pois é ele que me dá muitas e muitas vezes, através das palavras que usa e do modo como joga com elas – o ritmo e até a melodia adequados aos seus versos. (...)

Faz-me falta. Mas consigo ultrapassar isso... Por exemplo, nestes últimos seis meses, grande parte da minha vida musical foi canalizada para o “Rodrigamente Cantando”. Fiquei a conhecer ainda melhor o Rodrigo Emílio, conhecendo ainda melhor a Tera, sua Mulher, os filhos Constança, Gonçalo e Rodrigo, a sua Mãe Margarida e as duas irmãs. É uma maneira de estar com ele.

Para todos os que Lhe sentem a falta tenho um conselho: LEIAM-NO!

— José Campos e Sousa



O álbum “Rodrigamente Cantando” - poesia de Rodrigo Emílio cantada e musicada por José Campos e Sousa - pode ser adquirido através do site www.josecamposesousa.com.pt

Poesia de Rodrigo Emílio

EDITAL DO POETA ÀS PORTAS DA MORTE (PARA AFIXAR EM VOZ ALTA)

Ao Walter Ventura — que é, a vários
títulos, o meu (w)alter-ego.
Com afectuosa cumplicidade.

É preciso que se saiba por que morro
É preciso que se saiba quem me
mata
É preciso que se saiba que, no forro
Desta angústia, é da Pátria tão-
somente que se trata.

Se se trata de pedir-Lhe algum socor-
ro,
O Seu socorro vem — a estalos de
chibata...
E não ata nem desata o nó-cego des-
te fogo,
Que tão à queima-roupa me arrebatava,

A não ser com a força a que recorro
— E que é barata...

(É preciso que se saiba por que mor-
ro,
Enforcado no nó d'uma gravata!)

Jazigo, deserto, morro,
Baldio ou bairro-da-lata:
Não importa, já, ao certo, saber
onde...
Andar à cata de data...

— É preciso que se saiba por que mor-
ro,
No meio deste monte de sucata!...

É preciso que se saiba por que morro
— E que és Tu, Pátria ingrata, quem
me mata!

POEMA ANTI-YANKEE

À Bolsa de Nova Iorque,
without love.

Ó idólatras
dos dólares,
energúmenos
dos números:

— Guardai as vossas
esmolas,
para a Europa

dos chulos...

...E ficai-vos com
os trocos;
ou cambiai-os
em rublos!...

LÁPIDE

Não vos escondo
que quando vim
a capital do meu sonho
era Berlim.

Só que Berlim
já 'stava a arder
e eu, por mim,
não Lhe pude valer.

Lisboa, Maio de 1980 no 35.º
aniversário da vitória da plebe.

ROSÁCEA D'ALJUBARROTA

À vista do Mosteiro
da Batalha
— há conquista
que resista,
há lá guerreiro
que valha?!...

... Deixai, então, que vos fale
(— porque me dá cuidado
e por mais nada!)
d'aqueloutro Portugal
talhado à espada
— e condenado, afinal,
a não ser nada... —

... Sala d'aula do Além,
anfiteatro do Mar,
— que ninguém, que já ninguém
hoje vem
contemplar...

POEMA DE SAUDAÇÃO À BAN- DEIRA

Ao Alberto Corrêa de Barros e ao Filo-
meno Fernandes, ao José Pereira de
Souza e ao Manuel Matos
— este poema de braço ao alto.

Quem da bandeira se esconda
não tem perdão.
E só quem por ela morra
chega à verdade!

— Uma bandeira só não tem por guar-
da-de-honra
a solidão,
quando tem por guarda-de-honra
a mocidade.

Por mais e mais que o meu olhar a
cubra,
com a mágoa e a amargura d'um
amor que não estanca,
nunca a vejo verde e rubra:
vejo-a sempre azul e branca.

(Não sei porquê, mas talvez
em razão desta altivez
— que não há nuvem que anule —
de bem saber que o sangue portu-
guês
foi sempre, sempre, sempre sangue
azul!...)

... Três anos andei eu no seu encaço,
a vê-la como um sol que só desponta,
para que tantos Lhe jurassem falso...
E tantos são, que Lhes perdi a conta!

Mas contra a grande cegueira
desse bando que a *abandalha*
e enxovalha,
ainda há quem na-queira
por mortalha!

Ainda existe aí gente altaneira
que Lhe valha!
(Gente que não se esgueira
nem tresmalha
e que sem medo se abeira
da metralha.
Gente pronta a empunhar esta ban-
deira
no meio da poeira
d'uma última batalha!...)

Vou com ela, a toda a parte;
e um pouco por todo o lado
vejo que o porta-estandarte
que a conduz é o Decepado!

... ..

Bandeira:

uma vez que tu és a mensageira
da nossa derradeira
fortaleza;
uma vez que só tu és a fronteira
e a certeza
— beijamos-te daqui, bandeira
portuguesa!...

EURO-PAINEL

sequência *lírico-epopaica* de Rodrigo Emílio,
ou a *projectação, em verso, de todo o palpitante cromatismo histórico plasmado por*
Brasillach em «Les Sept Couleurs»

I - «1922: ITÁLIA A PASO GENTILE»

Muito para António José de Brito

Eixo de tudo o que assumo,
aço de tudo o que assoma,
já, em força, aceso ao rubro,
surge o feixe que, ao futuro,
dará o fundo e a forma.

Filho de Marte e d'Outubro,
fulcro das iras da hora,
que é de luta, de triunfo,
e que é hora, sobretudo,
d`aventura e *vita nuova*,

— eis que o sulco do tumulto
singra, sangra, segue e soma,
por uma linha de rumo
que aponta o rumo de Roma.

II - EURO-CÂNTICO

a Miguel Serrano

Uma seara de nucas,
tendo o Sol por estandarte!...
... E um enxame de Stukas
em formação de combate.

Qu'rer é poder. Logo, crê
no que a História te destine,
em ordem a pôr de pé:
Franco, o Führer, Mussolini.

Olha as euro-legiões
que passam, de voz acesa:
Centauros, centuriões...
Giovinezza! Giovinezza!

III - «1936: ESPAÑA AL MANDO DE DIOS»

ao António Manuel Couto Viana

Vais ser tomado d'assalto
no mar-alto
de um sobressalto
espanhol.

— Saúda-o de *braço ao alto:*
braço ao alto, cara al sol!

IV - EURO-SALMO

a Léon Degrelle

Num passeio compassado
que promete não ter fim,
provindos de todo o lado
chegam-se os mortos a mim.

Comparecem, lentamente.
— Que me pedem? — Que proteste,
Contra os que lhe fazem frente,
desfila, solenemente,
mais presente do que ausente,
a gente da Frente Leste.

(D'aqui chamo, d'aqui brado
e concito ao meu clarim
certo tapete gelado
que se estende a Estalinegrado,
certo *bunker* arrasado
sob o adro de Berlim...)

E conto nove, dez, onze
Divisões. (Nada as divide).
Marcham a passo de bronze.
Ouço o «*Horst Wessel Lied*».

V - LUZ ESLAVA

Por mais que neve
em Kiev,
nunca por nunca
a estirpe
se submete
à estepe.

Tudo explode,
em Bielgorod.
... Só a saga
soma e segue
soma e segue
segue e soma.

Com a neve
que derrete,
chega a neve
da derrota...

VI - EURO-REQUIEM

Pouca-terra...
Finisterra...
já a Terra
erra, à toa...

Finda a guerra,
grande boda
— que embebeda
a Terra toda.

Berra a Terra,
como louca
toda a Terra
cai por terra...

— À boca
de tanta força,
ninguém verga
em Nuremberga!

VII - FINALE, MAJESTOSO

Num passeio compassado,
que pretendo prolongado
até ao fim do meu fim,
têm encontro marcado
comigo, dentro de mim,
os mortos de Estalinegrado,
os defensores de Berlim...

Para saber mais sobre Rodrigo Emílio:
www.rodrigoemilio.com



Quanto àqueles que não gostam
de nos ver de braço ao alto
Temos só que lhes dizer
Que não há nada a fazer
E que vão ter que viver
Em constante sobressalto!

Rodrigo Emilio
PRESENTE!

